



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 41

Sessão Extraordinária em Maio

Sessão em 08/05/2024

Aos oito dias do mês de Maio do ano dois mil e vinte quatro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro em Sessão Extraordinária, na sede da Assembleia, na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeira Secretário, Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e Segunda Secretário Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga, e com a presença dos vogais, Manuel José Prior Pedreira Neves, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Casimiro Simões Calafate, Maria Teresa Fernandes Pires, Joana Eduarda Mónica Maio do Bem Paixão, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Isabel Cristina Cruz Barbosa, Firmino Marques Ferreira, Henrique da Rocha Vieira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Carlos Alberto Martins Nunes, Arlindo José Vieira Tavares, Sara Alexandra Reis da Rocha, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Jorge Manuel Correia Girão, Joana de Oliveira Teixeira, Sílvia Fernandes Ribau, Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho Seça Neves Ferreira, Jorge Miguel Rocha Gonçalves, Mário Augusto Marques Ferreira Correia da Costa, João Paulo de Moraes Sarmento Costa, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues, Marta Elisa dos Santos Dutra, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, Sónia Alexandra Oliveira Gamelas, e António Manuel Santos Salavessa.

Faltaram os deputados Joana Filipa Ramos Lopes e Rui Filipe de Oliveira Teixeira.[001](#)

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o vice-Presidente Rogério Paulo dos Santos Carlos, e os Vereadores Ana Cláudia Pinto de Oliveira, João Filipe Andrade Machado, Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho, Luis Miguel Capão Filipe, Fernando Manuel Martins Nogueira, Rosa Maria Monteiro Venâncio e Rui Jorge Soares Carneiro.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da sessão dos Vogais, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Pedro Machado Pires da Rosa, Sara Sandra Resende Tavares, Lúcia Maria Ribeiro Borges, Rita Alexandra Monteiro Baptista, e David Filipe Ramos Silva, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Joana de Oliveira Teixeira, Jorge Miguel Rocha Gonçalves, Mário Augusto Marques Ferreira Correia da Costa, João Paulo de Moraes Sarmento Costa, Sónia Alexandra Oliveira Gamelas, e António Manuel Santos Salavessa.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Beatriz Rodrigues Mota Carvalho Manuel Simões Rodrigues, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Celme Cristina de Jesus Tavares, Virgínia Maria Melo Matos, António José Jesus Monteiro, Júlia Margarida Ribeiro Correia, Ivo Alexandre Costa Alves Angélico, Rui Miguel dos Santos

Melo Faria, Isabel Alexandra da Conceição Marques, Jerónimo dos Santos Dias, Ana Cristina Valente Couras e Olegário Augusto da Costa Rocha, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidente de Junta de Freguesia, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida e Miguel António Costa da Silva, se fizeram substituir nesta sessão, respetivamente, por Isabel Cristina Cruz Barbosa e Carlos Alberto Martins Nunes.⁰⁰³

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Voto de Pesar.

De seguida o Presidente da Mesa, ⁰⁰⁴concedeu a palavra ao Lider da bancada do Partido Socialista para apresentação de um Voto de Pesar pelo falecimento do Eng.º António Manuel de Almeida Alves.

Colocado à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Continuando o Presidente da Mesa da Assembleia, leu a “Ordem-do-Dia” para Sessão Extraordinária, cujos pontos se transcrevem:

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte gravação áudio.)

Ponto 1 - Apreciação e votação da proposta de Abertura de Procedimento para Atribuição da Concessão de Uso Privativo de Espaço Público para Instalação e Exploração de um Equipamento de Restauração e Bebidas, com Esplanada, junto ao Seminário de Aveiro;

Ponto 2 - Apreciação e votação da proposta de Hasta Pública para Alienação de Imóvel Municipal, sito na Rua das Cilhas / Estrada de São Bernardo, para uma intervenção de urbanização com Habitação a Custos Controlados;

Ponto 3 – Apreciação e votação do Plano Municipal de Ação Climática.

Ponto 1 - Apreciação e votação da proposta de Abertura de Procedimento para Atribuição da Concessão de Uso Privativo de Espaço Público para Instalação e Exploração de um Equipamento de Restauração e Bebidas, com Esplanada, junto ao Seminário de Aveiro.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 02/05/2024, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

Seguidamente o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁷

Membros da Assembleia

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[009](#)

“Boa noite Senhores presidentes da Câmara e Assembleia Municipal, senhores vereadores, deputados municipais, restante público presente. Senhor Presidente da Câmara, um pequeno esclarecimento. Portanto durante os primeiros 18 meses o concessionário não vai pagar a renda! Nós estávamos a tentar perceber porquê e como é que chegaram a esse valor de 18 meses. Portanto, nós compreendemos que o concessionário vai fazer lá despesas, mas gostávamos de perceber um pouco se têm noção do investimento que ele lá vai fazer e como é que chegaram ao valor dos 18 meses. Tenho dito. Obrigado.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[010](#)

“Obrigado Senhor Presidente. A venda deste terreno e a construção do complexo residencial, vem enquadrado um bocadinho com outro projeto da construção da residência universitária. Para além da necessidade do alojamento dos estudantes, sobretudo a custos controlados é lamentável que neste país, continuem a existir alunos que desistem dos seus estudos universitários por falta de alojamento. Ou capacidade de financiamento de residências. A Câmara possui terrenos onde poderia construir residências universitárias, ou adotar estruturas existentes. Por exemplo o Colégio de Santa Joana que se encontra em venda. Relativamente a este ponto concreto, podendo não ser ganho pelo atual concessionário da zona o Autocarro Bar, deixar só uma palavra para agradecer o trabalho que tem sido feito e a importância que tem tido nestes últimos anos. Obrigado.”

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[011](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Na sua pessoa saudar todos os presentes e quem está a assistir à Assembleia Municipal pelos canais digitais. Como o Senhor Presidente da Câmara referiu, este ponto é uma decorrência da alienação de património da Câmara quando vendeu aquele estacionamento e, portanto, nós não podemos obviamente deixar escapar esta oportunidade para, mais uma vez, condenarmos essa decisão em particular e condenar aquela que tem sido a política da Câmara Municipal na forma como gere o seu património, onde tudo o que é para alienar é para alienar.

Nós consideramos que era possível usar o património da Câmara de outra forma, não este património em particular. Mas o património da Câmara Municipal é um instrumento de políticas públicas, não é apenas uma parcela de terreno, é um instrumento que pode ser usado em articulação com outros instrumentos da Câmara ou instrumentos nacionais, que estão previstos no nosso enquadramento legal para, por exemplo, avançar com medidas de habitação a custos controlados.

Aqui, não seria esse obviamente o destino a dar àqueles terrenos, mas, obviamente, não podemos deixar de fazer essa menção.

Em relação ao ponto em si, nós notamos que nesta concessão, quando fazemos uma análise ao caderno de encargos, notamos que há aqui uma evolução ou parece haver uma evolução na abordagem da Câmara Municipal no que toca a este tipo de concessões. O Bloco de Esquerda, como é sabido, reiteradamente quando discutimos este tipo de instrumentos, fazemos sempre essa crítica. Geralmente não existe menção, considerando, no caderno de encargos, de responsabilidade social. Por exemplo menções ao respeito da lei laboral, às questões dos horários, etc, que neste setor particular da hotelaria é importante que a Câmara deixe clara qual é a sua posição.

O Bloco sempre insistiu na inclusão desses considerandos e a Câmara recusou sempre a inclusão dessas cláusulas. Estou a falar, nomeadamente, no caderno de encargos da cláusula, 12 no ponto 9 e do ponto 11 e, portanto, notamos esta evolução e na decorrência dessa evolução perguntamos porquê é que a câmara mudou de abordagem, agora decide fazer esta menção, sendo que para o Bloco de Esquerda é positiva esta evolução. Disse.”

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰¹²

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁴

“Somente uma nota relativamente a este ponto. Presumo que as obras dadas a envergadura de uma e outra, andarão de forma desfasada, portanto, parto do pressuposto que a instalação do bar acontecerá antes da concretização da obra maior. E, portanto, presumo que esse facto levará a que, se tudo decorrer nos trâmites normais, a instalação do espaço, deste espaço, acontecerá num curto espaço de tempo.

A última é uma nota, obviamente, e compreendendo a inevitabilidade de alguns processos, não poderia deixar de dar uma nota de, que não é de pesar, mas é uma nota de registo digna ao espaço que cessará as suas funções e que faz parte, obviamente, da história de Aveiro e da Universidade e tudo mais que se possa dizer sobre aquela instalação que ainda lá está. E, portanto, não me sentiria bem comigo mesmo, não deixar aqui uma palavra, enfim, de apreço, aquilo que foi um espaço de muitos estudantes da universidade e dos aveirenses.”

Vogal Bruno Costa (PPD/PSD)⁰¹⁵

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁶

“Boa noite a todos, na pessoa do Senhor Presidente cumprimentar todos os presentes e os que nos veem em casa. Neste ponto e fugindo um bocadinho à ordem do dia, como já outros fizeram, não vou falar muito da deslocalização do autocarro bar. Nesse ponto posso dizer que o PSD entende que é bom e bem feito. Que legalize toda aquela situação que era um imbróglio muito grande e mantém a história passada no período presente de Aveiro.

Mas quanto ao anterior parque estacionamento e porque trabalho no hospital e fui esta semana, porque a agenda é pública, várias vezes abordado na unidade hospitalar, que como o Senhor Presidente sabe utiliza muito aquele parque de estacionamento pelos profissionais e utentes. E o que eles referem é ver se há, pedem diligências ao Senhor Presidente, para ver se esta obra da utilização do espaço para estacionamento for o menos possível. As obras têm que se realizar, mas que a empresa não demore mais tempo que o necessário, porque aquele espaço é mesmo muito preciso para estacionamento do hospital. O PSD irá claramente votar favorável.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁷

“Senhor Presidente muito obrigado. Gabriel Bernardo esta nossa opção dos 18 meses, dos 45 mil euros vale o que vale. É possível fazer uma operação que custa 45 mil euros? É possível que custe 450 mil ou o dobro disso, claro que é. Nós entendemos que faz sentido a câmara, enfim, com as devidas aspas, cofinanciar o projeto, portanto dar este período de carência do não pagamento da renda dos 2.500€. É evidente que não temos, não temos e não é possível ter, uma noção se quem vai ganhar o concurso vai investir 45 mil ou vá investir 450 mil. A nossa conta é uma conta de que com este valor é possível objetivamente ter um bar esplanada com qualidade.

Eu tenho as minhas dívidas que seja possível fazer uma coisa minimamente boa, com menos de 45 mil euros, mas eventualmente também é possível hoje, enfim, há tantas coisas boas pré-fabricados, nomeadamente. Portanto não há aqui uma folha de Excel que nos dê o encaixe deste número, porque, obviamente, não somos sequer candidatos, era o que mais faltava. Pronto, pareceu-me razoável e depois também olhámos à nossa experiência de outras concessões, onde houve investimento do privado, do nosso concessionário, nomeadamente a mais parecida, que é só parecida, não tem nada de igual, que é a do Sal e do Olaria, que o nosso concessionário teve que fazer um investimento muito relevante na estrutura do edificado, mas não é mais do que isto. não pode ser mais do que isto.

Obviamente que não vou estar agora aqui a falar das opções de gestão patrimonial da Câmara. São tão discutidas, ainda há dias, enfim, daqui a bocado vamos discutir outra vez no ponto seguinte. Portanto é uma matéria que está obviamente tratada e, portanto, agradeço essa nota. Enfim, também agradeço o apoio do João Moniz, que é raro nós termos. Ó João, nós colocamos isso para ver se o Bloco de Esquerda votava a favor! Embora, é uma coisa que é mais ou menos como não estar nada. Porque, obviamente, estando ou não estando, mas qual é o problema de estar? Foi essa a indicação que se deu. O concessionário seja ele qual for tem de cumprir a lei do país.

Sempre o dissemos aqui, nós não somos legisladores da lei laboral, nada disso. Nem somos entidade fiscalizadora. Há uma entidade fiscalizou no país, mas, enfim, entendemos que olhe, não é só este o único aspeto que está aqui, digamos assim, a mais. A mais no sentido que não é por aqui que nós regulamentamos uma série de coisas.

Mas, pronto, entendemos que era uma era uma bem feitoria. Não nos metendo nós onde não somos chamados, porque não é a Câmara que trata dessas matérias em termos legais nem inspetivos, mas também não há problema nenhum. Não se desvaloriza o documento, pelo contrário, é uma nota de valorização tendo nós colocado a nora que referenciou.

Em relação ao Autocarro-bar, e enfim, não é bom sermos muito pormenorizados nisto, não vamos todos ser acusados de estarmos aqui a fazer campanha por um potencial candidato. Julgo que a moderação nesta matéria é muito importante. A história é a história, o Bruno andou lá as noites eu andei lá aos fins de tarde, eventualmente alguém ia lá tomar chá de manhãzinha cedo, é a vida. Que aquilo não cumpre as regras, não cumpre regras.

Vocês sabem o absurdo. O autocarro-bar paga IMI. Nenhuma concessão da Câmara paga IMI. Mas houve um tempo que para segurar umas coisas estranhas, que o titular decidiu pagar IMI. Coisa aberrante, etc. E, portanto, vamos pôr as coisas na ordem. É autocarro-bar que vai decidir ser candidato e vai apresentar a melhor proposta? Muito bem. É o comboio-bar ou é a vaca-bar, pois sejam. Vai ganhar o concurso o melhor candidato e disto não podemos abrir mão. Estudámos e digo isto sem qualquer tipo de reserva, se legalmente podíamos dar um direito de preferência a uma entidade que lá está há muitos anos. E a resposta muito clara, não. Aquilo que lhe daremos, se eles quiserem ser candidatos, e se candidatando ganharem é saírem de uma coisa ridícula, de uma licença anual que até IMI paga, para uma concessão de 15 anos que, obviamente, em termos de gestão financeira, dos contratos com fornecedores, enfim, tudo aquilo que é gestão é uma coisa que não tem nada a ver com uma coisa precária com validade anual e absurda. Tão absurda que até paga IMI. Portanto, é neste quadro muito simples, muito, muito claro, que nós avançamos com este procedimento, cumprindo obviamente a lei. Obviamente que a única que queremos é sempre nestas coisas ter muitos candidatos. É sempre mais fácil do que ter só um, mas pronto. Tendo um que seja bom, ganha. Tendo sete ou oito o melhor vai ganhar. Portanto é neste quadro muito simples que nós lançamos este processo.

Quanto às obras, Manuel Prior. Pois eu vou falar com o empreiteiro logo que a empresa nos diga quem é, para ver se conseguem fazer a obra da manhã para a noite, que é para a malta enquanto dorme seja feita a obra. As obras são o que são! Não há obras que não

incomodam. Pode ser uma oportunidade dos vários trabalhadores da nossa Unidade Local de Saúde, do nosso Hospital, passarem a usar a AveiroBus. Passar a andar de bicicleta que faz bem à saúde. Olhe, pode ser uma oportunidade, uma campanha, para nós ganharmos mais gente para os modos suaves, para os transportes públicos, é por aqui.

Obviamente que a obra, é do interesse do investidor, esta ainda por cima não é uma obra da Câmara, embora todas as nossas obras o nosso interesse é que cabem o mais rapidamente possível. Aqui por maioria de razão porque o investidor só vai começar a realizar receita com o edifício a funcionar. Enquanto ele estiver em obra só está a realizar despesa. E, portanto, é óbvio, é o que é. Portanto, esperemos que eles consigam fechar um acordo com um bom empreiteiro. Não é uma obra tecnicamente simples, é uma obra tecnicamente com as suas delicadezas, mas também não é nada do outro mundo. E pronto, obviamente que a empresa, seguramente o investidor, irão trabalhar, sempre com o nosso acompanhamento e com a nossa fiscalização, pronto, no interesse de que as coisas se despachem.

E lançaremos seguramente também com a ajuda do Manuel Prior e de outros profissionais de saúde, uma campanha “esqueça o seu carro, apanhe a AveiroBus e venha trabalhar em sossego, esqueça o volante” enquanto faz o circuito casa-trabalho. Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções a Presidente da Mesa colocou à votação⁰¹⁸ Ponto 1 - Apreciação e votação da proposta de Abertura de Procedimento para Atribuição da Concessão de Uso Privativo de Espaço Público para Instalação e Exploração de um Equipamento de Restauração e Bebidas, com Esplanada, junto ao Seminário de Aveiro, sendo a proposta aprovada com trinta votos a favor (PSD18+CDS5+PPM1+CH1+PS5), cinco abstenções (PAN2+BE2+PCP1) e zero votos contra.

Declarações de voto:

Vogal António Salavessa (PCP):⁰²⁰

“A abstenção do PCP neste ponto tem a ver com o que está em votação hoje, o processo de concessão num local, nos termos que estão definidos na proposta. Ela não significa a alteração da posição de contra do PCP relativamente à intervenção urbana nos terrenos adjacentes a esta concessão.”

Ponto 2 - Apreciação e votação da proposta de Hasta Pública para Alienação de Imóvel Municipal, sito na Rua das Cilhas / Estrada de São Bernardo, para uma intervenção de urbanização com Habitação a Custos Controlados.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 02/05/2024, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

Seguidamente o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²¹

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²³

“Não pedi a palavra para um protesto, já que iria falar agora, mas eu não posso deixar passar o hábito que o Senhor Presidente da Câmara tem de se referir a pessoas que não estão presentes, que não se podem defender. Eu não sei se é bom, cada instituição estar escondida ou estar às claras. Mas a crítica que o Senhor Presidente aqui trouxe, parece-me perfeitamente desacuada a alguém que não está presente. Sim, acabou de falar. O Senhor Presidente da Mesa, se me vai chamar atenção, chame ao Senhor Presidente porque foi ele que começou por dizer o nome...

Presidente da Mesa:

“Senhor deputado eu não abri a minha boca. Peço desculpa se toquei aqui nalgum sítio do microfone e cortou a palavra. Vamos manter a serenidade por favor e o senhor deputado prossiga a sua intervenção. Ó senhor deputado prossiga se faz favor o seu tempo está a contar...

Vogal António Salavessa (PCP):

“Primeira questão, saber se de facto a intervenção urbanística diz respeito e se todas a infraestruturas são da responsabilidade da Câmara e é a Câmara que vai fazer. É a Câmara que vai fazer? Não. Muito bem.

Esse era um esclarecimento muito importante para a minha intervenção. E assim a minha intervenção tem a ver apenas com o seguinte. o custo da base adjudicação da hasta pública. É sabido que o preço final da operação, de acordo com a formula que está terminada pela legislação. O custo final da promoção é determinado em parte pelo custo do terreno. O preço do terreno está na formula de cálculo tal como está o valor do terreno. Se a Câmara opta por colocar um preço por metro quadrado na ordem dos 160 euros para a área que é proposta. Eu não discutir nem pretendo discutir se é muito, nem pouco. Aquilo que digo é que a Câmara deveria dar um sinal do seu comprometimento com a habitação a preços controlados, colocando uma base de licitação mais baixa.

Isto não quer dizer, como é óbvio sei o que é uma hasta pública, isso não quer dizer que o terreno não viesse a ser comprado por 2 vezes aquilo que está proposto na proposta da Câmara, se o mercado o levasse a isso. Mas não deixa de ser um sinal indicativo da vontade política da Câmara quando coloca uma base de licitação de 3 milhões e tal de euros.

Ora, sabemos que o preço final é determinado em parte pelo preço de custo do terreno, a base da proposta devia ser mais baixa. Mesmo que eventualmente a Câmara venha a receber mais. Mas era um sinal político do interesse da Câmara em promover a habitação a preços controlados.

Quanto ao resto, é evidente que não sendo um modelo preferencial não invializamos esta proposta e além do mais entendemos que o desenho que está apresentado é relativamente bom em relação entre área de construção e a área de usufruto por parte dos cidadãos.

Apenas pergunto, também, como nota final, se esta proposta tivesse sido elaborada após a reunião, após o ato publico de ontem para lançar as construções na área da fábrica da Pinheira, em que os operadores acabaram por fazer uma oferta maior da tipologia T1 em relação ao que estava inicialmente previsto, aquilo que perguntava é que se já soubesse disso nesta proposta também não iria contemplar uma parte importante com tipologia T1. Disse.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[024](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Gostaríamos de aqui de realçar a importância da habitação a custos controlados em Aveiro, onde o preço das rendas e da compra de casa tem aumentado muitíssimo nos últimos anos. Em Março deste ano Aveiro era o quinto município do país com o preço das casas mais elevado. Por isso, votaremos favoravelmente.”

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[025](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Tendo em conta aquela que é a tradição das hastas públicas da Câmara Municipal, muito provavelmente esta hasta pública vai ficar sem concorrentes e a Câmara Municipal por mera coincidência baixa preço, fazendo essa vénia ao mercado. Portanto o preço muito provavelmente vai baixar como é tradição das hastas públicas aqui na Câmara Municipal de Aveiro.

Como disse na minha intervenção do primeiro ponto, é preciso na minha opinião, nossa consideração, é preciso centrar a discussão deste ponto na questão principal e não na questão secundária. Questão principal é a alienação de terrenos públicos da Câmara Municipal. A questão da habitação a preços controlados é uma consequência que poderá vir a acontecer ou não, não sabemos, pode haver uma modificação na concessão da Câmara em resposta a esta hasta pública, não sabemos, pode acontecer, pode não acontecer. Aquilo que provavelmente irá acontecer é a questão da alienação. E como disse, na minha intervenção anterior, nós não acompanhamos esta política de alienação de património público.

A Câmara Municipal e o Executivo, faz aqui uma espécie de truque a dizer, vamos alienar esta esta parcela de terreno para construir habitação a custos controlados. Mas essa não é a única alternativa. A Câmara Municipal pode como faz com os estacionamento subterrâneos, como faz com a requalificação de escolas, como faz com requalificação de rede viária, pode contratualizar um empreiteiro para construir ali um projeto de habitação a custos controlados, em modalidade de arrendamento a custos controlados, mantendo a propriedade pública daqueles terrenos. É uma opção da Câmara, desvincular-se daquilo que é um instrumento que tem ao seu dispor, que é o seu património para dessa forma, poder intervir de forma mais robusta no mercado de habitação, fazendo baixar os preços através deste expediente de arrendamento a custos controlados.

No abstrato e o Bloco sempre o disse, nós somos a favor da construção a custos controlados, que não haja dúvida nenhuma sobre isso. Aveiro e o país precisam de mais construção desta tipologia. Existe um problema de habitação em Portugal. Não é só em Portugal, é um problema mais alargado. Mas Portugal padece esse problema, só que ainda contrariamente a outros países da Europa, a Holanda, a Áustria, Reino Unido, Portugal não tem um parque público de habitação considerável, para que por essa via, seja ele autárquico, seja ele o Estado Central, possa para que o Estado central ou as autarquias possam, dessa forma, através do seu parque público, intervir para fazer baixar os preços. Não existe. Portugal é uma exceção na Europa dos fogos que de habitação que existem no país, da totalidade dos fogos que existem no país, sejam públicos, privados, ou que for, na habitação total do parque habitacional em Portugal, apenas 2% dessa habitação é pública. Isto é uma exceção na Europa. Não existe outro precedente de tal escala de desresponsabilização do Estado na provisão de habitação. Não obstante esse direito até estar consagrado na Constituição. Mas como depois não tem materialização pela intervenção do Estado é como se não existisse. Isto é mau, porque enfraquece a capacidade do Estado para intervir nesta questão que, se calhar, há 10, 20 anos atrás, não era assim

tão importante, porque a habitação era razoavelmente acessível a grande parte da população, mas agora como a habitação se tornou num ativo financeiro que é bastante atrativo para investidores privados, isso fez com que a situação se tornasse completamente inabituável para a maioria das pessoas. Uma família portuguesa que recebe salários médios em Portugal está a competir com fundos imobiliários dos Estados Unidos, fundos imobiliários do Canadá e tudo mais, portanto é uma situação completamente insustentável. É por isso que nós chegámos a este ponto de situação. E, portanto, tendo em conta esses considerandos, nós não podemos acompanhar esta proposta.

Não nos faz sentido que a Câmara prescindia do seu património, especialmente, como eu disse, como nós consideramos que existem alternativas à alienação desse património, a Câmara Municipal pode tomar a iniciativa, tem capacidade financeira para isso, tem instrumentos nacionais como o Primeiro Direito que pode utilizar. Existem alternativas. E, portanto, nós não consideramos que o nobre e necessário objetivo de aumentar, não é o parque público, porque isto é uma alienação de propriedade pública, mas sem dívida o parque de habitação a custos controlados tem um objetivo que deve ser perseguido, mas não a troco da alienação de instrumentos que a Câmara Municipal tem a seu dispor e que poderia, como referimos, em articulação com outros mecanismos, procurar alternativas que providenciariam mais habitação mais acessível, mas, ao contrário desta proposta, não retiravam instrumentos e capacidade ao Estado e a autarquia para intervir no mercado. E, portanto, nós não poderemos acompanhar esta proposta. Disse.”

Vogal Jorge Grenó (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [026](#)

“Muito obrigado senhor Presidente. Com esta proposta que temos aqui presente e a ser aprovada, eleva-se a cerca de 500 apartamentos a custos controlados a serem construídos no concelho nos próximos 2, 3 anos, se não houver aqui problemas. Problemas com habitações públicas ou construção, seja o que for. Obviamente que 500 apartamentos no parque habitacional de Aveiro é um número muito importante e não são os únicos. Haverá mais certamente. E, portanto, estamos de acordo e votaremos favoravelmente.

Mas relativamente à intervenção que me antecedeu, eu estava aqui a pensar, um partido que esteve 4 anos a apoiar um governo socialista, quantos apartamentos a custos controlados foram construídos durante esses 4 anos, que este partido teve influência no Governo? Mais, sabendo a quantidade de apartamentos, algumas centenas, que o Estado tem devolutos e que facilmente com pequenas obras de reabilitação estariam prontos para serem usados e lembro-me assim de repente, por exemplo, na Figueira da Foz um complexo que há lá que era das famílias dos militares, quantos desses apartamentos devolutos e que podiam ser postos no mercado de arrendamento a custos controlados. É que daqueles famosos 4 anos da geringonça quantos apartamentos foram postos no mercado? Via aqui com a dialética da Holanda, faz-se nos países Baixos, na Áustria faz-se, no Reino Unido faz-se. Pois, mas é que nós não somos nem ingleses, nem austríacos, somos portugueses. E cada país tem a sua maneira de ver os seus problemas.

E depois é sempre esta questão, a Câmara não vendia o terreno! A Câmara fazia o projeto, arranjava um construtor para fazer os apartamentos para pôr no mercado de arrendamento a custo controlado. Será que havia construtores interessados, primeira pergunta. Podia não haver, provavelmente podiam ter outras opções.

Segundo, não havendo receita, como é que a Câmara fazia face a parte dos seus encargos. Porque a Receita que a Câmara faz é para fazer face a parte dos encargos, nomeadamente o pagamento da dívida.

Estas respostas, não faz isto, deve-se fazer aquilo, nunca são acompanhadas pela outra parte, que é a parte financeira. Se fizéssemos como sugerem qual era a solução para as

contas da Câmara? Eu mantenho desafio que deixei há umas semanas atrás. Peguem nas Contas da Câmara nos últimos 10 anos, votaram sistematicamente contra, apliquem as vossas propostas, façam uma folha de Excel e mostrem-nos qual seria a situação financeira da Câmara hoje se tudo aquilo que votaram contra tivesse sido aplicado com as vossas propostas. Mas isso é um exercício difícil fazer, porque se calhar, dava um número com um menos atrás e muitos números de dívida e não interessa apresentar aqui. Disse.”

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[027](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Uma nota sobre esta operação. Obviamente que a questão da construção a custos controlados parece-nos uma solução que vai em linha com aquilo que é a problemática da habitação local, nacional, e até internacional. O único aspeto que penso que merece alguma uma reflexão é o facto de enquadrar na mesma operação 2 tipologias muito distintas de construção.

A pergunta é se ponderaram, eu percebo o ponto de vista, diferente desenho urbanístico, mas se ponderaram separar estas 2 operações, sendo que, obviamente, uma parte seria apenas destinado a custos controlados o que permitiria que o valor do terreno fosse um determinado valor e se a outra parte destinada a moradias, digamos que normais, o terreno seria obviamente alienado num outro valor. Isto obviamente que teria outro impacto. Estou a questionar, confesso que não tenho ideia nenhuma de valores. Mas partindo que esse que está feito com base num valor médio daquilo que depois resultará, não só na entrada do montante para a câmara, mas também para aquilo que, obviamente, será a venda por parte do promotor. E, portanto, se separassem que o impacto seria certamente, ou poderia ser certamente diferente, quer em termos de receita para a câmara, eventualmente num caso mais baixo e noutro caso mais elevado, e isso também se refletiria no mercado, porque eventualmente se o terreno for mais baixo, os custos controlados iriam estar no mercado a um custo inferior e as moradias eventualmente poderiam sair aos custos que fossem, porque aí não há controlo possível e o controle é determinado por quem as pode comprar. E, portanto, a pergunta é se equacionaram ou não é também se do ponto de vista daquilo que é a montagem das infraestruturas urbanísticas eventualmente, haveria aqui um grau de complexidade superior com as questões separadas e não feitas de forma conjunta. Mas, no fundo, é apenas uma questão que poderia ter sido uma alternativa, talvez mais interessante, para quem fosse construir as vivendas e certamente mais interessante para o cidadão que fosse comprar as suas habitações a custos controlados.”

Vogal Henrique Vieira (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[028](#)

“Muito boa noite Senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos aqui presentes e os que nos seguem nas redes sociais. Primeira nota é para congratularmos com esta possibilidade de alienação deste património que, de facto, é um problema que temos na freguesia há cerca de 25 anos. Aquele terreno e o edifício já lá construído e pelas palavras do Senhor Presidente estamos no bom caminho. Portanto felicitar todo este estudo que fizeram, porque, de facto, é uma mais-valia para a freguesia, para o município e que nos traz muita gente. Eu assim contas por alto, pode trazer até mais 450 a 500 pessoas para a nossa freguesia. E isso também nos traz aqui alguma uma riqueza e investimento na própria freguesia.

Depois dizer que, temos que ter aqui alguma cautela, nomeadamente na parte nascente do que vai ser edificado, porque tem que haver algumas vias novas, infraestruturas no lado nascente e ver também a ligação da futura ligação Aveiro/Águeda, porque de facto a estrada de São Bernardo, para mais aquela gente toda, já tem um fluxo grande e certamente

se houver acesso dos 2 lados poderemos ter de facto ali uma qualidade de vida que nós queremos.

E uma nota também para a questão das 7 vivendas unifamiliares. Acho bem, porque de facto, vem tirar aquela ideia dos caixotes da construção, vem ali também modificar o espaço. Portanto, acho que é de salientar e também de reafirmar que de facto é um bom estudo e que a freguesia agradece.”

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰²⁹

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁰

“Neste ponto de habitação a custos controlados, no fundo é o seguimento daquilo que esta Câmara tem feito. E que deriva também daquilo que foi a elaboração do programa municipal de desenvolvimento habitacional.

No fundo, aqui estão mais 120 fogos que se junta aos 320, portanto estamos a chegar ao número dos 500. Na bancada PSD esperamos e acreditamos que podemos duplicar este número.

Na habitação a custos controlados a Câmara fomenta, a Câmara apoia, e a Câmara não espera sentada que apareçam. Vasta ver, que estes terrenos que o Presidente da Câmara falou na reunião de Câmara, vão a hasta pública por 3 milhões de euros. Se fossem para comercialização normal deviam andar à volta dos 6 milhões.

Portanto isto é claramente um apoio desta Câmara. Não é ver se cai. É apoio e apoiar claramente a habitação a custos controlados, para que depois os preços ter em conta, e tendo por base o tal custo terreno, possam ser efetivamente de habitação de custos controlados. Este é o caminho e no PSD apoiamos. Por isso, iremos votar favoravelmente.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³¹

“Muito obrigado a todos. Salavessa, eu acho que Vexa ouviu mal ou anda tão chateado com a vida, que distorce, quer os documentos que trazemos à Assembleia, coisa rara, porque Vexa sempre foi um homem que estudou os documentos, agora já não estuda! Porque está nos documentos que as infraestruturas são pagas pelo investidor. Está escrito no documento. E eu disse-o na minha introdução e, portanto, a sua pergunta não faz qualquer sentido, é de quem não leu ou de quem não ouviu, ou de quem não quis ler o que está escrito e não quis ouvir o que eu disse.

E a segunda questão, enfim, julgo que foi o único, também, seguramente por deturpação da entrada da minha mensagem, que me ouviu a dizer mal do Dr. Emídio. Só tenho bem a dizer dele. Temos trabalhado imenso um com o outro e temos uma coisa em comum, achamos que o CRI não deve estar escondido num espaço urbano, como está há muitos anos.

Quem ouviu o que eu disse e conclui que estou a dizer mal de uma pessoa que não está, enfim, se quem está, de facto, com um problema de receção. Agora se o problema é físico ou psicológico, pois Vexa saberá e tratar-se-á como muito bem entender. Ou não. Fica ao seu critério. O que eu disse é o que eu disse e é o que eu repito, é o que o Dr. Emídio sabe, temos falado. Só lhe disse uma coisa há dias quando ele me perguntou qual é o futuro disto. E disse-lhe, olhe Emídio, um dia destes vou-lhe mostrar aquilo que vai acontecer em termos de integração urbana do CRI, só não lhe vou mostrar antes, porque entendo que deve haver primeiro uma decisão de Câmara e uma decisão de assembleia municipal. Ato imediato eu partilho consigo para perceber o que é que vai acontecer de integração urbana.

Repetir o que disse há pouco, quem pega nisto e ouve uma coisa negativa, pois com certeza está com problema ou está a querer arranjar um problema.

A outra questão é que isto não é a minha casa. Nem é uma ditadura comunista, é que um camarada qualquer decide e acabou a conversa. A página 17 do relatório de avaliação é uma folha de Excel tirada de documentos de avaliação de terrenos, documentos técnicos. Não fui eu que o fiz. Nós temos, atualmente já só um, mas chegámos a ter 3, atualmente temos um avaliador, com credenciais oficiais, um homem competente, tecnicamente competente, que faz este trabalho. Este trabalho não é feito por mim. Está assinado pelo Dr. Pedro Arede que é o nosso avaliador.

Esta folha, para quem olhou para ela e não dá só para olhar, esta tem que ser estudada, tem aqui o exercício daquilo que é a estrutura da despesa e daquilo que é a estrutura da receita, numa lógica que não pode ser uma invenção. Eu não posso chegar ao pé do Arede e dizer, ó Pedro desculpe lá, mas eu acho que são 2 milhões, não são 3. Todas as avaliações normalmente têm uma tolerância, até muitas vezes os avaliadores escrevem isso no relatório, em regra vão aos 5%, às vezes vão até aos 10% quando os indicadores de mercado são muito incipientes. O que é que nos falta nesta operação? Falta uma coisa que é a nossa Câmara nunca fez. É a primeira vez que nós vamos, há não sei quantos, que houve uma fase em que isto se fazia, mas com uma tipologia completamente diferente em termos legais, há muitos anos que nós não vendemos um terreno da Câmara para uma operação de habitação a preços controlados. O que é que vai acontecer eu não sei. Sei que o relatório está bem feito. Tem o relatório com os números, os únicos, que temos para comparar, que são os números do investimento da Encobarra na Quinta da Pinheira em Aradas. Não temos outros. E o único teste que eu fiz foi pegar na folha de Excel nesta da página 17 do relatório e compará-la com a estrutura de custos e receitas do investimento da Encobarra.

E se algum de vocês fez esse trabalho, vai confirmar que o trabalho bem feito.

Agora fica a dúvida seguinte. O mercado vai-se interessar ou não se vai interessar? Porque há outras contas que o mercado faz. Por exemplo a Encobarra que é uma empresa que está cá a fazer este investimento, é uma empresa de estrutura familiar, e que consegue pela sua estrutura ter uma lógica de custos bem mais baixos do que o normal.

A outra empresa que está connosco a trabalhar estas matérias e que vocês também sabem, veio aqui, é a Casais. A Casais é o segundo maior empreiteiro do país. Tem obviamente uma estrutura de custos muito superior à da Encobarra. Mas tem duas outras questões adicionais. É que já é a maior construtora com operações de industrialização da sua construção. Hoje a Casais constrói com módulos um destes 3 prédios em 4 ou 5 semanas, porque uma parte da construção é feita na indústria, depois é chegar tipo lego e montar. A Encobarra não consegue fazer isso, não tem essa capacidade. Dois, a empresa Casais tem uma capacidade financeira muitíssimo superior à empresa Encobarra que permite fazer contas de outra ambiência, nomeadamente olhando as regras de habitação a custos controlados, em que 5 anos depois das escrituras de um terreno, estão no mercado livre. E a Casais com a capacidade financeira que têm, pode fazer certas abordagens de cálculos financeiros de médio prazo, que Encobarra não tem condição de fazer.

E, entretanto, por força da boa notícia da aposta da Câmara de Aveiro em habitação a custos controlados, da boa notícia que tem sido a operação que temos no terreno. É tudo muito bonito, mas é tudo muito mais fácil de comunicar quando as coisas estão a acontecer. Temos mais 2 grandes empresas, uma que já fez habitação a custos controlados em Aveiro e outra que nunca fez, abordaram-nos a dizer o que é que vocês têm para aí, que é que vai surgir, e estão também à espera de ver este concurso que lançaremos nas próximas semanas.

Chegamos ao fim e vamos ter uma empresa que dá mais do que os 3 milhões. Pronto, porreiro. Não porque ouviram muito e deram ouvidos ao Salavessa e ao João Moniz. Í pá, espera aí que aquela malta extrema-esquerda está feita com o capital. João teve aula com Robles e, portanto, vão baldar-se ao concurso, o Ribau coitado, vai ter que inventar aqui

um uma análise de custos para baixar isto para os 2 milhões, para os 2 e meio, e, portanto, está feito com o capital e pronto. E, portanto, de corremos este risco se estes investidores derem ouvidos ao Salavessa ou ao João Moniz.

É minha profunda convicção que eles não vão dar ouvidos. É minha profunda convicção que as dinâmicas de mercado, a disputa, a concorrência, de um mercado livre como é o nosso, pode-nos dar um bom resultado aqui. Mas vamos fazer uma experiência com todo o rigor técnico e político, mas se nunca fizemos algo parecido. O rigor do trabalho está aqui. Agora vamos ver, será que os nossos custos de produção, nos enganámos. Será que os Casais agora são tão mais baixos. Será que o impacto que já está a acontecer nos custos de construção, que já baixaram substancialmente em relação ao pico de 2021/2022, já acomoda aqui capacidade de, enfim, rentabilizar este investimento no terreno. Será que as moradias podem ir para um preço muito alto, ou não, não podem ir para um preço mais do que mediano. Pronto, é como tudo na vida. Mas fazemos isto com toda a seriedade e com todo o rigor.

Eu gostava muito de vender por 3 milhões ou por 4 milhões. Ficava mais contente do que vender por 2 milhões. Mas se feita a análise de um concurso que não tenha candidatos, nós tivermos que o refazer, olhar o mercado, falar com as empresas que estão no processo e tiver que vir cá outra vez, viremos. Viremos com toda a humildade e com toda a seriedade. Não vamos fugir da habitação a custo controlado. Vos garanto que puséssemos este terreno no mercado, com custos com habitação normal, estava vendido, vos garanto. Então aí o que diria a extrema-esquerda, o Zé Ribau Esteves estava feito com o capital. Não, são vocês estão feitos com o capital, neste sentido, entendamos, neste sentido de nós aqui a tentar vender por 3 milhões e vocês a fazerem campanha, campanha todas as aspas, para que a gente venda por menos.

Portanto é neste quadro de rigor, que nós trazemos este processo, que o desenvolvemos. Vai correr bem, ficamos muito satisfeitos, não vai, não temos candidatos ou algum candidato que apareça não cumpriu as regras, não podemos vender. Muito bem, vamos estudar, falar com quem se interessou pelo concurso, e refaremos, obviamente, uma proposta nova em cima desta, para voltarmos com habitação a custos controlados, porque é essa a nossa aposta.

A questão das tipologias. Salavessa a questão das tipologias nós temos que deixar isso aos investidores. É evidente que a Câmara tem uma palavra quando licencia, como é lógico. Neste momento, dos 320 fogos da Quinta da Pinheira, só faltam vender 36 e são todos T3. Lembram-se quando trouxemos cá a operação, quando falámos dela, os documentos falam em 288 fogos. O que é que aconteceu. Empresa viu-se obrigada substituir T3, por T1 e T2 mesmo em seu prejuízo, porque, obviamente é mais caro. Porque na venda a conversa não muda, porque a venda é ao metro quadrado. E, portanto, aqui temos de deixar um espaço de manobra. Sabendo que, isso obviamente que já posso dizer, se o investidor vier dizer, queremos tudo T1, a Câmara não vai aprovar. Nós queremos uma distribuição equilibrada. É evidente que o Casais na operação da Presa em Santa Joana, daqueles 24 fogos, optou tudo por T3 e nós contentes. Porque queremos que as famílias tenham filhos e as famílias que tenham filhos possam ter habitação a preços acessíveis no nosso município. Mas foi opção da Casais, nós não lhe impusemos nada. Eles disseram, está no pedido de informação prévia, nós queremos tudo T3, ok. achamos muito bem e ficamos muito satisfeitos. Quando eles os puserem no mercado a coisa vai correr bem ou correr mal, pois com certeza, é a tal conversa, temos que jogar o jogo e ver o que é que vai acontecer.

É evidente João, que a sua comparação é uma comparação pertinente. Mas estamos a comparar coisas que não têm comparação. Quando o Senhor fala da Holanda e da Áustria, estamos a falar dos dois países mais ricos da Europa e da União Europeia. Obviamente que a nossa Câmara, podíamos estar nós a fazer a obra que está a fazer a Encobarra. Claro que

sim. São 50 milhões de euros, nada de mais para a nossa Câmara. Só que se nós estivéssemos a fazer aquela operação de 50 milhões de euros, no Orçamento deste ano, do ano passado, do próximo, tínhamos que tirar 50 milhões de euros de outro tipo de investimento. Seja do que for. Das Escolas, da Cultura, seja do que for. Nós entendemos que o mercado do setor privado pode ser a resposta a este nível. E nós podemos usar esses 50 milhões para fazer outras coisas. E é neste quadro que nós entendemos que rentabilizamos mais um recurso público, somando à capacidade financeira do recurso público, a capacidade do recurso privado. Não vale a pena comparar! Qual são 2 dos países do chamado grupo dos frugais, que eu gosto de traduzir para a palavra correta que é grupo dos forretas, quais são 2 dos quatro países desse grupo que nos têm com a faca encostada se não cumprirmos o prazo do PRR? Sabe quais são, a Holanda e Áustria. Porquê? Porque eles estão cansados. Como eles gostam de dizer, lembram-se, aquela vez que houve um austríaco primeiro-ministro que disse que a malta do Sul passava a vida nos copos e mulheres de má vida. Lembram-se disso? Porque eles estão cansados de olhar para os países do Sul, de andarem a enfiar fundos comunitários há dezenas de anos e nós não chegamos aos níveis de produção de riqueza per capita que eles chegam. É por isso que eles estão fartos de nos aturar. E é por isso que fizeram a figura que fizeram, quando foi o célebre Conselho Europeu de 72 horas para aprovar o PRR. É preciso ter cuidado nas comparações, porque estamos a comparar coisas que não têm comparação. E quando o país fez picos de habitação, seja na década de 80, seja agora, só que agora tem um problema sério, o país não vai conseguir construir 26 mil fogos com o PRR, porque não tem capacidade de projeto e de construção disponíveis. Não tem. E na altura quando foi o boom, quando foram os Grinés e os Caiões desta vida por esse país fora, sobrava capacidade de construção. Construía-se muito barato, porque vinham 30 empresas a um concurso qualquer. Por regra, o nosso Estado não tem, não teve, disponibilidade para ir ao Orçamento do Estado buscar uma carrada de dinheiro para fazer habitação como o Estado holandês pode e como Estado austríaco pode. Com uma nuance holandês é que na Holanda quem é dono da terra é o Estado da Holanda. Na Holanda não há a propriedade privada da Terra. Há licenças de uso da Terra, de prazos, enfim, na prática podem ser eternos, mas não há propriedade privada da terra.

E, portanto, é preciso cuidar deste tipo de relações diferenciadas e não vir para aqui dizer coisas que são verdade, mas que estão mal colocadas na lógica comparativa linear, não fazem qualquer sentido.

A última resposta que queria deixar. A questão do Francisco Picado. Francisco julgo que a resposta está dada. Nós podíamos não pôr aquelas 7 casas e pôr mais um prédio, sim. A nossa opção primeira foi uma opção urbana. A opção primeira foi uma opção urbana e foi no âmbito dos trabalhos do estudo urbanístico que nós entendemos que aquela zona, aquele topo do terreno, aquele topo Norte devia ter aquela tipologia de construção. Não há moradias em habitação a custos controlados. É evidente o Francisco pode dizer, presidente não é bem assim. A operação dos Casais em Aradas, estes 22 fogos, são moradias bifamiliares. É verdade. São 11 vezes dois 22. Aqui são só 7 seriam 14. Era uma possibilidade, sim. Podia ser. Mas entendemos, olhando outra vez ao Excel, página 17, relatório de avaliação, estas 7 podiam dar um estímulo adicional para nós acedermos aos nossos 3 milhões pelo terreno. Não perspetivo que se não correr bem, vínhamos aqui com 70 moradias e baixar para 70, 80 fogos de habitação a custos controlados, não perspetivo. Mas deixar apenas esta nota Francisco. Podíamos ir por esse caminho, podíamos. Mas entendemos primeiro dar primazia às opções do estudo urbanístico em razão daquilo que é a realidade urbana daquele sítio.

Segundo diferenciar em termos de tipologia comercial estes 7 fogos. 7 moradias, dos 120 que aqui ficam previstos. E é aqui que quero agradecer os contributos do Henrique Vieira,

do Prior e do Jorge Greno, mas muito a ver com aquilo que disse o Presidente Henrique Vieira. Esta é uma aposta equilibrada no desenvolvimento urbano, não pondo, não sei se vocês têm bem presente na memória algumas operações de custos controlados no tempo de uma outra senhora que lá vai. Não sei se vocês têm? Um dia destes vamos fazer uma voltinha, que é chegar a uns terrenos agrícolas, estou a recordar-me aqui um que me veio à memória, na Quinta do Picado e de repente no meio do milho aparecem os prédios de 3, 4 pisos.

Hoje nós não admitimos isso. Não admitimos isso. Pegar numa operação desta natureza e chegar ali no meio do milho, desafetar da Reserva Agrícola, porque é fácil, terreno barato, com certeza, e vamos embora. Hoje nós não aceitamos isso. Hoje só à habitação a custos controlados em terreno urbano. Era muito fácil, era muito fácil fazer operações de destaque da Reserva para habitação a custos controlados. Muito fácil. Comprávamos a 5 euros e vendíamos a 120. Nós entendemos que há outros valores de ética, nomeadamente na relação com os proprietários, porque aqui em Portugal não é o Estado que é proprietário. Também o é, obviamente, mas a predominância da propriedade é privada, como todos sabemos. E, portanto, é por isso que, enfim, o Casimiro achava que o Bloco devia ter chateado António Costa para na Caixa Geral de Depósitos de Aveiro fazer uma habitação a custos controlados. É interessante, mas acho que o Calafate está a reinar um bocado, porque ele sabe bem, se eles pusessem aquilo no mercado ninguém lhe pegava, como é evidente. E, portanto, olhe, meteram no mercado um bocadinho à papo-seco e o processo está em Tribunal. Portanto, nem custos controlados nem descontrolados. Está tudo em Tribunal e nós a ver se conseguimos meter-nos no processo para ajudar, porque queríamos aquele edifício no centro com vida. A estrutura de custos para fazer naquele edifício a custos controlados, não rentabiliza. Não nesta folha de Excel, batia tudo e negativo, batia tudo é negativo. Não vale a pena terem ilusões. E, portanto, é obviamente num quadro equilibrado que nós nos lançamos a esta operação. Também para aprendermos com ela porque ainda queremos lançar outras operações desta tipologia e vamos seguramente aprender com esta operação que vos trazemos hoje. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do artigo 32.º do Regimento:⁰³³

“O Senhor Presidente da Câmara, podia ter dito tudo o que disse sobre o equipamento destinado à toxicodependência, eventualmente sem necessidade de citar o nome de uma pessoa que não está presente. Entendendo que ela merece todo o respeito e tendo o Senhor Presidente da Câmara de afirmado que não fez qualquer comentário de falta de respeito ao Doutor Emídio eu não deixarei de ouvir a gravação, caso esteja errado, marcarei consulta para o melhorar a audição e enviarei um e-mail, a pedir desculpa ao Senhor Presidente e por aí ficamos.

Mas também era bom que o Senhor Presidente, nestas situações, não reagisse de maneira tão acintosa como costuma reagir. Sim, sim, sim. Sim. Sim. De maneira acintosa e repetidamente acintosa.

Quanto ao pedido de informação sobre as despesas de urbanização ela foi propositada. Foi para ouvir o Senhor Presidente afirmar aqui na Assembleia que sim. Não tenho a certeza que todos os meus colegas tenham lido, alguns leram, outros não, mas queria que o dissesse o aqui, para que ficasse claro, que os 3 milhões não era para pagar a infraestruturação. Porque se fosse tinha alguma justificação. Agora, sendo assim, daquilo que falei, foi de apresentar um sinal político claro, de que quero que sejam preços mais baixos, e como o custo do preço do terreno é uma das componentes da fórmula de cálculo do custo final, que pudesse ser posta a proposta a um preço mais baixo.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁴

“Senhor Presidente, todos somos testemunhas, o Salavessa ultimamente tem andado um bocado desestabilizador. E, portanto, eu não tenho atitude acintosa nenhuma! Gosto muito dos debates e participo neles de forma aberta. E não tenho problema nenhum de falar de cidadãos, com o seu nome, seja quando é para dizer bem deles, seja quando é para dizer mal. Nunca tive problema nenhum na minha vida. Nenhum. E assim vai continuar a ser.

Neste caso, foi para dizer bem, e não se perturbe nenhuma pessoa em causa ser do partido A, candidato à coisa B, que isso não me interessa para nada. Estou a falar de um gestor público, quadro do Ministério da Saúde deste país, com quem trabalho nessa ambiência.

As outras ambiências do Partido do próprio, do clube do futebol, da religião e tal não quero saber disso para nada. Não é da minha conta. Como gestor, como todos sabem, como todos estes cidadãos sabem que o seu Presidente de Câmara nunca os discriminou por razão, enfim, às vezes do futebol sim, quando a disputa futebolística é mais violenta. Pronto, a gente sempre puxa para o nosso. Mas as questões de religião, partidos, não sei o quê, não existe. E no futebol é para a gente brincar um bocadinho como é evidente.

Uma nota. Eu fiz uma discussão com a nossa equipa técnica que orçamentou as infraestruturas. Porque eu acho que o cálculo das nossas infraestruturas, porque o valor do investimento em infraestruturas na tal folha de Excel deprecia o valor do terreno. E eu acho que ele está um bocadinho baixo, ok. Mas vamos ver o que é que vai acontecer. Muito obrigado pelo apoio.”

Não havendo mais intervenções a Presidente da Mesa colocou à votação⁰³⁵ Ponto 2 - Apreciação e votação da proposta de Hasta Pública para Alienação de Imóvel Municipal, sito na Rua das Cilhas / Estrada de São Bernardo, para uma intervenção de urbanização com Habitação a Custos Controlados, sendo a proposta aprovada com vinte sete votos a favor (PSD18+CDS5+PPM1+CH1+PAN2), seis abstenções (PS5+PCP1) e dois votos contra (BE2).

Declarações de voto:

Vogal João Moniz (BE):⁰³⁶

“O Bloco de Esquerda vota contra esta proposta da Câmara porque considera que é uma opção errada alienar património da Câmara Municipal que devia ser usado e gerido de outra forma, mesmo que esteja em causa uma empreitada potencial de habitação a custos controlados. O Bloco de Esquerda considera que esse custo dessa empreitada não pode ser através de património público da Câmara. Obrigado.”

Ponto 3 – Apreciação e votação do Plano Municipal de Ação Climática.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 02/05/2024, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do artigo 31.º do Regimento:⁰³⁸

“Senhor Presidente, venho solicitar a duplicação dos tempos atribuídos a cada força política dada a natureza e a importância do documento, isto ao abrigo do regimento, artigo 26, número 4, que prescreve que quando o ponto em discussão for a Conta de Gerência, as Grandes Opções do Plano, assim como algum outro assunto de extraordinária importância e complexidade como a Revisão do Plano Diretor Municipal, será usado um tempo total de 120 minutos, duplicando os tempos definidos no ponto 1 do artigo 25.º”

Presidente da Mesa:⁰³⁹

“Senhor deputado da minha interpretação não há justificação para fazer essa exceção. Esse assunto devia ter sido em devido tempo encaminhado para a Mesa para haver uma ponderação junto dos demais partidos e não agora decidirmos em cima do funcionamento do mesmo agora alterarmos a grelha, uma vez que até hoje essa situação só tem sido aplicada aos documentos essencialmente Planos e Orçamentos. Não quer dizer que não possa ser aplicada hoje, mas de facto exige uma ponderação de parte de todos, antes propriamente de entrarmos em funcionamento do ponto. Portanto vamos trabalhar com a grelha de tempos...”

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do artigo 36.º do Regimento:

“Recorro da decisão da Mesa para o plenário.”

No seguimento do recurso apresentado pelo deputado, o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁴⁰ do plenário a decisão da Mesa de manter os tempos de intervenção, sendo aprovada a decisão da Mesa por maioria, com vinte quatro votos a favor (PSD18+CDS5+PPM1), cinco abstenções (CH1+PS4) e seis votos contra (PS1+PAN2+BE2+PCP1).

Seguidamente o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴²

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁴

“Bom, dois anos de discussões, uma ampla discussão da sociedade, das empresas, tudo, nesta assembleia zero! O Senhor Presidente da Mesa é responsável, também, por esta falta de discussão na Assembleia Municipal.

O documento que hoje chega à Assembleia Municipal resulta de uma determinação da Lei de Bases do clima de 2021, em cuja votação PCP se absteve. Absteve-se, porque esta lei não inverteu a lógica predatória da natureza que prevalece na legislação em vigor. Algum dos princípios que a lei estabelece são positivos, principalmente os que incidem sobre a atividade de planeamento e regulação do Estado, Estado em sentido lato, incluindo as autarquias. Mas os aspetos positivos são esmagados pela continuada mercantilização da natureza e pela ausência crónica de respostas à questão ambiental, apresentando falsas soluções, sempre com o selo verde, agravam-se os problemas e coloca-se o ónus no indivíduo, deliberadamente branqueando as responsabilidades de quem mais polui.

Estas falsas soluções também se podem ver neste documento. Olhemos para o diagnóstico que é apresentado e façamos o exercício de pensar que está correto. Entre 2005 2021 as emissões de dióxido de carbono na área do município de Aveiro diminuíram de 417 mil toneladas para 332 mil toneladas de dióxido de carbono, evidentemente. Uma redução de 20%.

Nada mau dever-se-á dizer. Mas olhando mais a fundo, verificamos que cerca de 70% das emissões em 2021 resultaram da atividade industrial e que esta, neste setor, as emissões não diminuíram, antes aumentaram 3,2%.

Pode-se até fazer o pino em todos os setores. Mas sem uma intervenção forte que reduza as emissões industriais, não é possível inversão do caminho que o clima tem atualmente. A

procura desenfreada do lucro é responsável pela enorme maioria das emissões de dióxido de carbono para a atmosfera, é responsável pela desflorestação, pela desertificação, pela extinção de espécies. O capitalismo não é, nem nunca será verde.

Regressamos ao documento para realçar a importância das capacidades de sequestro de carbono, ou seja, dos sumidouros de CO₂ que o mundo vegetal integra. É indicado na síntese que a capacidade de sequestro aumentou de 16% para 20% entre 2007 e 2021. Esta informação, porém, induz em erro. A capacidade de sequestro não aumentou, diminuiu. A capacidade de sequestro relativa às emissões verificadas é que diminuiu em absoluto.

Diminuiu a redução das paisagens espontâneas da área rural cultivada, do pinheiro bravo, de outras folhosas e resinosas, diminuiu o volume global dos sumidouros de dióxido de carbono existentes no concelho. E as autarquias do concelho, em particular a Câmara, não deixam de ser responsáveis também por isso.

Lembramos aqui as árvores do Rossio, da Avenida da 25 de Abril, da Avenida, do Cemitério Central, retiradas sem uma reposição equivalente. E não deixa de ser, digamos assim, curioso que num documento em que é proposta a densificação da sombra (e até se fala do aumento da sombra artificial, criada artificialmente!) não existe ao nível dos eixos de intervenção e das medidas propostas, nenhum registo indicativo da vontade do município contribuir, para aumentar significativamente o número de árvores no concelho.

Mais uma vez recordamos que, para estes objetivos climáticos, é necessário ter os cidadãos envolvidos. Nada é dito também, no necessário apoio à agricultura familiar, por ser aquela que melhor defende o ambiente. Precisamos de incentivar os circuitos curtos entre a produção e o consumidor, incentivando a participação direta dos agricultores nos mercados e nas feiras.

Mais uma vez, recordamos que para este objetivo climático, é necessário ter com conta o cidadão como ator e destinatário principal. Claro que é importante ter uma frota municipal, 0 emissões e também nos transportes públicos. Mas sem transportes públicos, que deem verdadeiramente resposta às necessidades dos aveirenses, que liguem as freguesias das zonas industriais com a cidade, com horários e preços ajustados, de forma a potenciar a sua utilização em detrimento da viatura individual. Com a convicção de que a crise ambiental demonstra uma contradição intrínseca do capitalismo, entre a busca do lucro e as necessidades da humanidade, sem cair nas ilusões e mitos como o capitalismo verde e sem deixar de entender que muito que se diz é, de facto greenwashing, ou seja, afirmar defender o ambiente quando se faz exatamente o oposto, nós iremos optar pela abstenção face a este documento, dado alguns objetivos positivos que se aponta.

Esta abstenção não significa de todo concordância com a metodologia abordada pela Câmara, nomeadamente no que diz respeito à falta de abordagem detalhada e prévia em sede da Assembleia Municipal, nomeadamente em Comissão que devia ter sido criada para o efeito, que existe em muitos e muitos concelhos deste país, ou sessões extraordinárias da assembleia municipal exclusivamente com este objetivo e que aqui não foram tidas em conta.

Quando pedi aumento tempo sabia o que estava a fazer, mas como fiquei sem tempo fico-me por aqui, como é óbvio. Mas como o assunto não é importante no entender do Senhor Presidente.”

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁵

“Senhor Presidente da Câmara, este documento lê-se bem, é muito agradável de ler, mas está cheio de ideias vagas e de muitas boas intenções. Eu passo por exemplo a exemplificar relativamente ao Plano Municipal da Mobilidade e Transportes, diz, por exemplo assim: a presente medida inclui o desenvolvimento de uma rede de transportes públicos verdes,

práticos e adequados às necessidades da população, no que se refere às viaturas, paragens, percursos, horários, informação e formas de pagamento, investimento na digitalização para gestão, sentidos de trânsito, de tráfego e congestionamento e estacionamento.

Ora bem, eu gostava de alertar o seguinte. Aveiro tem fama, a Universidade de Aveiro na área da engenharia eletrotécnica. Temos o Instituto Telecomunicações com muito Know-how. Eu pergunto por que razão em Aveiro não temos ainda presente os semáforos com contagem do tempo, como já ocorre em muitas cidades. Viseu já tem se desde 2008, Coimbra tem esses semáforos, Lisboa, Porto. Portanto, estudos comprovam que os condutores que quando estão parados se virem o tempo que falta têm um arranque muito mais suave e, portanto, libertam menos emissões de dióxido de carbono.

Outro exemplo, porque razão nós não temos paragens de autocarro indicando os tempos de espera para os utentes? A tecnologia pode ser instalada de uma maneira relativamente económica, o chamado e-paper, há cidades que já estão a fazer isso.

É que quem ler os relatórios da Câmara é tudo muito high tech, smart city, e depois nada! Quer dizer, um estrangeiro que venha cá à cidade fica assim um bocado abismado com o que vê. Há 20 anos atrás eu estava numa terra onde já lá havia em muitas cidades as paragens de autocarro a indicar o tempo de espera. Mas isto é só um exemplo.

Depois o relatório tem muitos aspetos positivos, obviamente. Consideramos que na área da mobilidade elétrica é preciso (isso está no relatório) é preciso aumentar os postos de carregamento de carros elétricos. A Câmara poderia fazer algum tipo de discriminação positiva para carros elétricos não pagar estacionamento. Há cidades onde se está a fazer isso. O Porto está a fazer isso, portanto essa discriminação positiva.

Relativamente às ciclovias. Achamos bem expandir-se a rede de ciclovias, mas confesso que, melhor, depois não temos paragens para bicicletas. O Senhor Presidente há pouco falou da Holanda que é um país desenvolvido, quem conhece a Holanda, uma pessoa vai lá e vê parques de estacionamento para bicicletas. Aquilo está cheio de bicicletas nos parques de estacionamento das estações na Holanda. Aqui não temos isso. Eu interrogo-me até se o povo português terá mentalidade para eventualmente fazer essa transição do automóvel e voltar à bicicleta. Portanto aqui tenho algumas reticências efetivamente. Mas é uma boa intenção aumentar as ciclovias.

Já agora um outro aspeto relativamente à mobilidade também, seria bom ver mais passeios da cidade com os desníveis para pessoas com mobilidade reduzida, porque é algo também que falta. Essencialmente era isto.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁶

“Obrigado Senhor Presidente. Iniciámos esta intervenção com agrado pela participação na consulta pública de vários municípios e associações. Lamentamos que nenhum dos seus contributos tenha ficado plasmados no documento final. Chamamos também a atenção, que tendo este Plano sido abordado pela mesma empresa que elaborou, por exemplo, o Plano do Alto Alentejo em colaboração com a Universidade de Aveiro, que no plano de Aveiro a nossa Universidade tenha estado ausente. Quanto às alterações climáticas, os acordos alcançados pelos vários países a nível internacional continuam muito aquém do necessário. Especialistas apontam para resultados catastróficos se a temperatura do planeta aumentar mais de 2 graus Celsius.

Aveiro é uma das regiões do país que mais serão afetadas no futuro pelas alterações climáticas. É pois, fundamental reduzir a vulnerabilidade das áreas urbanas às ondas de calor e aumento de temperatura máxima.

Segundo um estudo publicado na revista Science ano Novembro de 21, numa análise comparativa entre 293 cidades europeias, os especialistas concluíram que, mesmo em meio

urbano, as árvores podem reduzir até 2 graus a temperatura nas cidades. O que tem sido feito em Aveiro? Pelo menos em parte das obras que tiveram lugar no centro da cidade, foram cortadas praticamente todas as árvores. Veja-se o Rossio, a Avenida Lourenço Peixinho, Avenida 25 de Abril ou mais recentemente a Rua da República.

O Executivo tem tomado decisão de cortar árvores, em vez de uma gestão do parque arbóreo que conjuga árvores saudáveis com as obras a fazer. Para além do papel que as árvores têm na captação de CO₂ e, portanto, no seu enorme contributo contra a poluição do ar. O regime jurídico de gestão de arvoredo urbano estabelece que, em caso de abate, é obrigatório a reposição de arvoredo num raio não superior a 10 quilómetros. Esta lei está a ser cumprida? Que árvores estão a ser plantadas e onde? Para quando o regulamento do parque arbóreo aprovado em Novembro do ano passado?

A Mobilidade suave é também fundamental. Houve algum investimento em autocarros elétricos e no ferry, mas continua-se a levar os automóveis para o centro da cidade, em vez de construir parque estacionamento na periferia com ligação por transportes públicos ao centro da cidade. Fala-se na necessidade de apostar e reforçar a sensibilização dos cidadãos. No entanto nesta Assembleia Municipal a maioria rejeitou as propostas de recomendação apresentadas pelo PAN neste sentido.

A gratuidade da Buga 2 por utilizadores de transportes públicos e a participação do município na Semana Europeia da Mobilidade. Não basta criar ciclovias e existirem algumas Bugas. A utilização de qualquer alternativa automóvel deve trazer mais vantagens ao utilizador do que a comodidade de uma viatura pessoal. Temos de apostar em mais incentivos à mobilidade suave.

Outra área fundamental é a gestão de resíduos. Gostaríamos de realçar a importância de reduzir a produção de resíduos para termos menos que reciclar. Um exemplo muito simples, os plásticos. O PAN trouxe a esta assembleia em 2018, uma proposta para redução de utilização de plásticos de uso único. A proposta foi aprovada e veja-se, por exemplo, nesta assembleia, passados 5 anos, continuamos com garrafas de plástico, sendo os deputados do PAN os únicos que sessão após sessão têm trazido água em garrafas reutilizáveis.

Na alimentação o PAN refere a necessidade de hábitos de consumo alimentar e dá como exemplo, os dias sem carne nos refeitórios escolares.

Na página de Facebook do município no Dia Mundial do Planeta Terra também se fez alusão ao que o PAN já afirmou numa proposta em 2017 para introdução de um prato vegetariano nas ementas escolares e que foi ridicularizado na altura. É necessário reduzir o consumo de proteína animal, pois grande parte dos gases efeito estufa são gerados pela produção massiva de carne, lê-se na página da Câmara. Acrescentamos que esta produção gera também desmatamento, contaminação dos solos e aquíferos e um consumo de água desmesurado que se comparada à produção de cereais. As nossas escolhas alimentares têm uma pegada ecológica. É bom que estejamos conscientes disso. É fundamental o uso sustentável da água. Contrário a isso é a continuação da contaminação dos solos e aquíferos com glifosato. Contrário a isso é a vontade de construir um campo de golfe no Parque Desportivo de Aveiro, tendo em conta a rega sistemática que é necessário para manter um campo.

Na página 40 deste Plano refere-se também a necessidade de promover esta reabilitação de ribeiras, galerias ripícolas e zonas húmidas. Ora, foram abatidas imensas árvores e vegetação em galeria ripícola nessa zona, perto do estádio.

Gostaríamos de falar ainda da floresta e prevenção de incêndios. Na importância da comunidade, energia renovável e no facto de ser fundamental maior investimento na educação e sensibilização ambiental, mas já não temos muito tempo para o fazer.

Em conclusão. Temos um Plano de ação climática organizado em termos teóricos, mas depois falta-lhe precisamente a parte da ação da concretização da aplicação prática,

quantificável nas suas diversas áreas. Como referimos em exemplos anteriores, fazem-se afirmações neste Plano e o Executivo coloca em prática precisamente o contrário. Para além de se voltarem a repetir intenções, como é o caso da criação do Observatório para as alterações climáticas, presente no Plano Municipal de adaptação às alterações climáticas de 2021, passado 3 anos volta a aparecer neste momento. São as tais medidas copy paste que vão passando de um documento para o outro, só para parecerem bem.

A mitigação e combate às alterações com climáticas tem de ser uma prioridade hoje. Não podemos colocar no futuro a responsabilidade das metas ambientais, quando atualmente somos mediocres na nossa ação e nas soluções que nos comprometemos. Ontem já era tarde. Dada a importância do documento votaremos favoravelmente, apesar de todas as nossas reservas.”

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [04c7](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. O Plano de ação climática que a Câmara Municipal traz aqui para discussão, de certa forma, antes de ser aprovado, já está desatualizado em relação àquilo que são as metas propostas pelo Governo anterior, mas também por este Governo, o Governo da nação. O documento em análise, fala das metas da Lei de Bases do Clima, mas ignora, por exemplo, o Plano Nacional de Energia e clima 20/30 que está agora a ser discutido em sede própria, que faz uma revisão das metas de neutralidade de carbono, antecipando essas metas para 2045 quando antes estavam para 2050. As referências que existem no Plano que a Câmara Municipal apresenta, aliás, falam em redução de 90% em 2050. E, portanto, de certa forma, este documento ou está desatualizado ou é ainda mais recuada do que aquela que são as ambições relativamente curtas do Governo da nação. No entanto, há aqui no documento em discussão referências interessantes a alguns conceitos que são eles próprios também interessantes. E faz até essas referências, não de forma avulsa no texto, mas coloca-as nos eixos os centrais estratégicos do plano de ação climática. Ou seja, isto são os objetivos que este Plano pretende alcançar. E nesses objetivos estão conceitos como justiça climática, pobreza energética, uma associação entre o modelo desenvolvimento atual, capitalista, virado para o lucro e injustiça social e desigualdade, etc.

E também existem, ou melhor, não existem referências a conceitos que, na nossa opinião, são errados, obsoletos, e de sentido contrário aquilo que é necessário fazer neste momento, como utilizador pagador, poluidor-pagador, apesar de haver ali escondido, se calhar escondido será um exagero, mas existe uma referência tímida àquele projeto falhado do PAIT e da intenção da Câmara de alargar esse projeto falhado, que na nossa opinião é uma política errada. Mas existem esses conceitos interessantes de justiça climática. Aliás, se nós formos ler o documento num desses eixos e passo a citar, está dito algo deste género: garantir justiça climática, isto como um dos eixos centrais do plano, garantir a justiça climática, assegurando a proteção das comunidades mais vulneráveis à crise climática, o respeito pelos direitos humanos e igualdade e os direitos coletivos sobre os bens comuns. E nós só podemos elogiar esta concessão da Câmara Municipal.

Nós tememos é que ela seja um pouco vazia e que existe um intervalo entre a declaração e a concretização. Mas neste a fase elogiamos esta referência. Em primeiro porque é preciso reconhecer que quem mais contribui e contribuiu para a as alterações climáticas e para o estado quase apocalíptico em que nos encontramos, foram não só os indivíduos mais ricos, mas também as nações mais ricas. E que quem sofre as consequências principais destas alterações climáticas são também as populações mais pobres e os países mais pobres.

Em segundo lugar, também porque este conceito justiça climática reconhece que o modelo de desenvolvimento atual, capitalista, seguido pelos países desenvolvidos é irrepetível para

as restantes nações. E, portanto, nós consideramos que é interessante, para dizer o mínimo, que a Câmara Municipal coloque esta referência à justiça climática. Mais uma vez, não de forma avulsa no texto, mas que lhe dê destaque de eixo estratégico do Plano de ação climática. E depois, obviamente, naquela citação que fizemos há pouco, também referir aquela oração do respeito pelos direitos coletivos sobre os bens comuns. E neste ponto, mais uma vez, estamos completamente de acordo. Os direitos coletivos sobre os bens comuns, sejam eles a propriedade pública, os serviços públicos, por exemplo, devem ser a norma e não o direito privado e usufruto privado desses bens coletivos. E, portanto, mais uma vez, há aqui este intervalo entre, por um lado, a componente declarativa do plano de ação climática e depois aquelas que são as políticas da Câmara Municipal. Pelo menos até agora, mas se calhar poderá naquilo que eu antevejo, seja a aprovação do Plano, tendo em conta a correlação de forças nesta assembleia, até pode iniciar uma viragem de 180 graus nas políticas da Câmara. Esperemos que assim seja.

Porque quando nós vamos olhar para as políticas de mobilidade, as políticas concretas da Câmara Municipal e depois as declarações que faz no Plano que aqui apresenta, vemos esse tal intervalo que referimos. Por exemplo a questão da mobilidade que também já foi aqui discutida. O plano fala da necessidade de fazer um investimento forte na mobilidade urbana, na mobilidade coletiva, mas depois vemos a Câmara Municipal que recusa soluções públicas de serviço público para esta área, concessionou os transportes públicos e, portanto, prescindiu de esse instrumento de políticas públicas de mobilidade. Recusa também, ou não procura pelo menos qualificar e reorganizar o seu serviço de transporte público, numa lógica intermunicipal. Nós reconhecemos que esse seria um passo e seria um passo relevante.

Outro ponto referido no Plano que é aqui apresentado de resiliência térmica e capacidade de sequestro CO₂ das áreas urbanas. Mas depois a realidade é o corte massivo de árvores que, apesar de serem repostas, essas árvores cortadas são repostas por árvores que não cumprem, por uma questão de desenvolvimento, nem metade nem sequer nada parecido, aquilo que é os sumidouros climáticos, que era prestado pelas árvores que foram cortadas. O plano fala de permeabilização dos solos. Mas o que nós vimos é construção em zonas sensíveis. O Plano da câmara municipal para a zona da lota prevê mais betão, mais construção pesada, numa zona sensível, numa zona que deveria ter uma abordagem com outra sensibilidade, outra que fomentasse outra relação com a natureza e por aí adiante. Tantas e tantas referências no Plano de Ação Climática que são boas intenções e depois tem um choque frontal com aquelas que são as políticas da Câmara Municipal. Queria acabar aqui a intervenção, porque o tempo também já não resta, com esta nota. Antevendo a aprovação deste Plano, espero bem que a Assembleia e o Bloco de Esquerda estará cá para fazer esse trabalho que vá depois cobrar a execução destas medidas que, do ponto de vista declarativo nós acompanhamos muitas delas, mas tememos que elas não passem disso e que esta tenha sido apenas uma encomenda a uma empresa privada de consultoria para fazer cumprir as exigências da Lei de Bases do Clima e que depois não tenha matéria de efetividade absolutamente nenhuma. Disse.”

Vogal Jorge Girão (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[048](#)

“Boa noite. Eu prometo que não vou estar aqui a fazer render o meu tempo só para chegar ao fim. Vou dizer do que li, o que acho. Primeiro que tudo assustei-me. Um documento com 274 páginas fiquei logo em pânico, felizmente havia um resumo e foi aí que eu me baseei. De qualquer maneira é de salientar uma coisa. A primeira coisa que eu quero salientar é o nível de exigência que está definido em termos europeus de redução de emissões de CO₂. Estamos a falar de até 55% até 2030, até 75% em 2040 e redução a 90% até 2050. Ano de

referência 2005. São extraordinariamente exigentes e, do meu ponto de vista, não sei se são sustentáveis, porque o principal fator da sustentabilidade, um dos pés fundamental é a sustentabilidade económica. E não adianta nada nós termos uma sustentabilidade ambiental, se depois estivermos todos falidos e não conseguimos gerar riqueza.

Como é do conhecimento geral a União Europeia representa 8% das emissões globais de CO₂. Sendo a China, naturalmente um país de capitalismo selvagem, o principal, o principal emissor mundial com 30%. Seguindo-se os Estados Unidos que vem com 15%. Logo depois a Índia e a Rússia com 7%.

Ou seja, claramente é um problema de países capitalistas e de capitalismo selvagem! É de salientar também que as principais medidas de atingimento destas metas definidas pela União Europeia são o hidrogénio e a eletrificação. Logo aqui se levantam muitas dúvidas, porque o hidrogénio na versão atual que temos é caríssimo. Só para termos uma ideia, neste momento, o custo energético por equivalência energética é 4 vezes mais do que o gás natural. E é uma irrerealidade pensar nele como uma solução para tudo.

Além disso é estúpido, desculpem a expressão, porque o eletrolisador, por melhor que seja, tem uma eficiência de cerca de 80%. Ou seja, se pegarmos em 100% da eletricidade, desperdiçamos 20% para obter hidrogénio. Eu acho que o hidrogénio é uma solução, mas muito específica. A solução efetivamente é a eletrificação. Só que a eletrificação também tem um problema, não há capacidade de gerar energia limpa para todas as necessidades dos consumidores.

Eu dou um exemplo que é um exemplo que eu conheço bastante bem. Os fornos de cerâmica, pavimento, revestimento, se fossem todos transformados para consumo de energia elétrica, consumiam 73% da energia gerada em Espanha. Só fornos, nesta indústria que representa 3 ou 4% das indústrias. Ou seja, a disponibilidade de energia elétrica em quantidade e de forma constante não existe. Ainda para mais tem de ser dita limpa. As necessidades de ocupação do solo e não só do solo serão gigantescas para conseguirmos obter estas quantidades de energia elétrica limpa.

E, sobretudo, temos outro problema que é termos uma rede distribuidora completamente desadequada e sobredimensionada para estas exigências.

Põe-se assim aqui uma questão que eu falo às vezes em termos de provocação, acho que altura, se calhar, começarmos a pensar em centrais nucleares.

Claro que toda a gente fica em pânico, mas eu acho que é claramente, é uma opção, porque as pessoas estão mal informadas sobre isso. Eu gosto de claramente lançar esta ideia. Apesar das dúvidas das metas do Plano de Ação Climática, os planos de ação são fundamentais para como roadmap para o futuro e que permita aferir estratégias de longo prazo. Num município como Aveiro, com a característica de Aveiro, claramente todos pensamos nas zonas costeiras, com as subidas do nível do mar, é de facto uma questão.

É que, de facto, é uma questão grave. Subiu 18 a 20 cm desde 1990, e 7 cm desde 1993. E neste momento a taxa de crescimento passou de 0,7 cm para 0,17 cm. Estes valores de aceleração significam que em 2050 teremos mais 20 cm do nível médio do mar.

Apesar disto tudo, nota-se uma preocupação neste Plano de não se preocupar só com a área costeira. Nota-se uma preocupação de ações concretas em 2 áreas críticas, que são área florestal e do território fortemente urbanizado.

As ondas de calor e a precipitação intensa, serão claramente os riscos mais graves no futuro.

Não quero, não posso partilhar a ideia de que as árvores não estão a ser plantadas. Eu sei e há números disso, que o Senhor Presidente pode fornecer. Tem sido plantadas muito mais árvores do que as que têm sido abatidas. E como tudo demora tempo. É por isso que este Plano também demora tempo, é até 2050. E por isso que estas coisas são feitas com algum tempo.

A segunda coisa que queremos notar é que, da leitura deste documento, a evolução que houve nas emissões de CO₂, por setor, onde se verifica realmente uma redução significativa, são áreas tão importantes como edifícios, iluminação pública, edifício institucionais, frota municipal. o que mostra que este município está alerta para este assunto já há bastante tempo. Não é só por causa deste Plano. Foi também feita uma definição de setores de intervenção prioritários, apesar de grande parte deles não terem nenhuma ou a capacidade de intervenção do município ser muito pequena. Como por exemplo na indústria. Faço notar que a indústria representou cerca de 80% das emissões e que foi a única que cresceu.

Lamento, não é responsabilidade do município. É responsabilidade da ação do Governo Nacional, de criar condições para isto. A proposta deste ponto, desta criação de condições para que a indústria e outros setores, nomeadamente os transportes, possam efetivamente diminuir as suas emissões. Não posso deixar de refletir uma realidade com que lodo todos os dias, é que o Estado Central emite planos e depois dificulta tudo.

Eu, nós, como empresa, estamos a tentar montar um eletrolisador há um ano, um ano e meio, e quando chegamos à Câmara de Águeda não temos nenhum problema, como em Aveiro, fornece toda a facilidade, e depois chegamos aos organismos públicos e não se consegue licenciar. Quero-vos dizer que dos 200 ou 300 milhões de euros previstos para eletrolisadores entrarem em funcionamento, penso que há apenas um licenciado na Câmara do Fundão, não há mais nenhum, porque efetivamente o Estado, no global, dificulta em vez de facilitar e gere os seus micro poderes de modo a não facilitar, mas a criar dificuldades e gerir os seus egos.

O Plano Municipal de Ação Climática é um Plano extenso. E como foi referido é um mapa para o futuro. Do nosso ponto de vista aponta as direções claras e das medidas a tomar, e sobretudo, definir prioridades e medidas âncora e atingíveis pelo município. Não é um documento lírico. E destas, noto a melhoria da eficiência energética em edifícios e serviços públicos. A Câmara pode fazer e está a fazê-lo. O reforço da rede de transportes públicos. A Câmara pode fazer e está a fazê-lo. Construção e reabilitação sustentável do que estiver nas possibilidades do município. A Câmara pode fazer e está a fazê-lo. Descarbonização dos processos industriais numa perspetiva de agregar instituições importantes como a UA para o apoio e definição de boas práticas está plasmado no documento. Acho uma excelente ideia, porque não podemos esquecer que o tecido empresarial em Aveiro, tal como em Portugal, é feito essencialmente micro e pequenas empresas que sabem muito pouco do que estamos a falar. Denoto também preocupação com a conservação da biodiversidade e espaços agrícolas.

Por fim, não quero deixar de salientar que eu tive o cuidado de ler algumas, grande parte das participações e há uma que me chamou a atenção, que foi a da Quercus.

A Quercus, uma entidade hoje em dia responsável e considerada por todos nós uma entidade sabedora e responsável diz: mobilidade, promover o uso de meios de transporte suave através da implementação de vias cicláveis seguras! Cheque, há muito tempo na câmara um plano dotação devido. A implementação deve incluir as freguesias mais periféricas, tanto quanto possível estas vias devem ser independentes do canal viário principal. Cheque. Criar mecanismos que impeçam estacionamento de veículos na cidade. Cheque. Promover a transição dos meios de transportes públicos tradicionais, para veículos elétricos. Cheque.

Depois há aqui algumas coisas líricas, que não depende da Câmara, apesar disso são importantes. Promover a qualificação da linha do Vouga. Cheque, mas não depende da Câmara, E, entre outras coisas, promover o sistema de recolha indiferenciada de resíduos orgânicos e bioresíduos. Cheque. Promover a iluminação eficiente em termos energéticos. Cheque. Efetuar a plantação de espécies arbóreas nos espaços verde. Como foi dito, está a

ser feito, naturalmente com o problema de ter de abater algumas. Promover e incentivar as hortas comunitárias. Eu penso que, com base neste Plano concreto e objetivo, só quem estiver claramente de má fé ou considerar ou tiver a outro tipo de visão da sociedade é que não pode estar contente com ele e aprová-lo.”

(Saiu da sala o Vogal Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno)

Vogal Paulo Sarmento (PS)⁰⁴⁹

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁰

“Senhor Presidente, antes de ir a minha intervenção, gostava de lhe perguntarem se no tempo dedicado a consulta pública, se teve achegas ou opiniões do membro que me antecedeu ou de alguém do Partido Socialista no âmbito da consulta pública? Voltando ao ponto. O PSD subscreve a intervenção do Jorge do CDS, subscrevemos e pouco mais temos a dizer.

Dizer que isto foi um Plano da Ação Climática de Aveiro, que é um plano necessário, obrigatório no cumprimento da Lei de Bases do Clima. E o que vem hoje aqui é a versão final, depois da elaboração do plano, da aprovação em reunião de Câmara, da consulta pública, onde os tais craques destas coisas podiam dar tanto, são tão dedicados, podiam dar a sua opinião. E depois de terem essas opiniões todas foi feito o Plano final vem aqui para nossa votação. O PSD sente-se confortável com esse plano e votará favoravelmente.”

Vogal António Salavessa (PCP)⁰⁵¹

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰⁵²

Vogal Jorge Girão (CDS)⁰⁵³

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁴

“Obrigado a todos. Obviamente que foi um debate muito interessante e a conclusão clara e cristalina é que temos um bom Plano e que já o temos vindo a materializar e vamos continuar como é evidente. Mas há aqui duas outras questões que que é bom, eu já adivinhava, a intervenção do Partido Comunista e do Partido Socialista e sendo um jovem a intervenção é mais velhorra do que qualquer idoso do grupo do Partido Socialista, o que é triste, o que é muito triste. E nunca vá pela guerra de gerações. Isso é um absurdo. É um erro essa opção de guerra de gerações, é um disparate completo. Olhe que eu lembro-me da minha tia, das minhas tias, que eram agricultoras, de fazerem compostagem, uma coisa que chamam do sistema de compostagem, mas que elas chamavam o monte do estrume. E o que é que ia para o monte de estrume? Os bio-resíduos. Tantas coisas. Olhem os moinhos, aqui por exemplo deste edifício, moinho de marés ou do vento. Agora temos outro tipo de moinhos de vento. Portanto muitas das vezes vamos lá atrás aos mais velhos buscar excelentes exemplos do que era a economia circular. Chamavam-lhe outras coisas, faziam-no porque eram pobres e, portanto, nesta coisa nunca vá pela guerra de gerações, é um disparate, é um completo disparate. Porque muitas vezes aqueles que estão lá atrás, aqueles que muitas vezes já não conhecemos, cuidaram melhor do planeta do que nós que estamos hoje aqui. Portanto essa opção é sempre um disparate completo.

E eu como já sabia o que é que vocês iam dizer, trouxe esta imagem, que é uma estatística em gráfico, Global Carbon Budget, neste caso de 2018, não interessa a pessoa que está lá, enfim, não fui eu que colocou aqui a Greta Thunberg, pessoa que não aprecio minimamente, mas não é essa a questão. São os gráficos, estes gráficos, vocês podem ir ao site desta entidade, que é, enfim, a mais credível instituição do mundo a gerir e evolução das emissões

de carbono reconhecida internacionalmente. E este gráfico mostra a evolução, a evolução. Há bocado o Salavessa falou dos números absolutos e bem, mas estes é sobre a evolução nos 18 primeiros anos do século que estamos a viver, entre 2002 1018. E o que é que está aqui? A Europa reduzir as suas emissões em 16%.

Os Estados Unidos da América reduziram as suas emissões em 10%.

Os outros países, tirando estes 2 e os outros 2 que eu vou dizer a seguir, aumentaram as suas emissões de carbono em 53%.

A Índia, que é, como sabeis, o mais populoso país do mundo neste período aumentou as emissões em 155%.

A China, aquele país que consegue ao mesmo tempo ser capitalista e hiper-comunista, que os comunistas portugueses tanto apreciam, porque agora são mais reservados em relação à Rússia, porque a Rússia está a fazer aquela coisa doida de andar a matar Ucrânianos sem pés nem cabeça, a China aumentou 208%.

E quando às vezes nós ouvimos algumas intervenções vossas, elas ficam no ridículo. Porque a grande questão do mundo e da tal Europa que é responsável por 8% do problema de emissões, e todos devemos dar o nosso pequenino contributo, mas há aqui uma questão de poder político.

E nós nas comissões europeias, no meu caso no Comité das Regiões, temos pressionado a União Europeia para ser forte no mundo, para usar o seu poder político em grupos de gestão tão importantes como as Nações Unidas ou o G7.

Para dizer a muitos países, como aos socialistas, vocês falam, falam e não fazem nada. Aliás, o Socialista mais exemplar, vocês até têm vergonha de falar dele, mas o Socialista mais exemplar que o país teve a governar o país, a acabar com lixeiras, a introduzir a aposta do Estado português, no setor privado das energias renováveis, chama-se José Sócrates. E foi um excelente Ministro do Ambiente e até certa altura, foi um bom Primeiro-Ministro, mas depois perdeu-se, e vocês têm vergonha porque, enfim, depois há aquelas coisas do Sócrates. Embora falem os Tribunais julga-lo porque não acabou o processo, penso eu, que nunca acabará. Mas está julgadíssimo na praça pública.

E, portanto, é muito importante termos esta humilde condição de que a questão está aqui. A Europa tem que cuidar, como dizia o Jorge Girão, deste tripé. Porque a sustentabilidade não é ambiental. Isso é um disparate que os fundamentalistas dizem.

A Sustentabilidade tem mesmo, é o tal banco dos 3 pés. Um que é ambiental, outro que é económico e outro que é Social.

Como eu gosto muito de dizer, e quando estou a falar para gente jovem nas escolas, amanhã e depois vamos falar aqui na nossa Assembleia Municipal Jovem, olhem tirem o ser humano da terra e ficam com todos os problemas resolvidos. Se o ser humano não estiver na terra não há problemas. Isto para dizer o quê? Que o ser humano é o centro do ecossistema terra. E tem que se cuidar dele bem, para cuidar bem de si.

Isto é uma coisa muito básica e às vezes, alguns fundamentalistas, algumas coisas que se ouve e depois esta coisa ridícula vossa que é dar uma volta e lá vão criticar a Avenida Lourenço Peixinho, lá vão criticar o Rossio. O vosso fixismo psico/ideológico é tão absurdo que vocês não conseguem falar de um Plano destes para o futuro!

Então vale ir para trás e falando para trás não estão a ajudar a resolver coisíssima nenhuma. E é um absurdo. Mas o Partido Socialista, com o seu fixismo não consegue olhar para a frente. E lá vem com a Avenida, as voltas que você deu, para não sair da Avenida e não sair do Rossio. É que não há mais nada a fazer. As obras estão feitas e as pessoas gostam. Ainda hoje estive com uma pessoa notável, que é um botânico importante deste país, embora é conhecido por outras suas competências, foi hoje homenageado em Aveiro com a mais alta distinção que o Ministério da Segurança Social e do Trabalho tem para dar. Chama-se Bagão Félix. E, como sabe de Botânica, é um especialista em botânica, veio-

me dizer, é pá, boa escolha. Ginkgo Biloba na Avenida, que bela escolha. Naquilo que é a capacidade do Ginkgo Biloba de fixar carbono. Naquilo que é a simbologia da Ginkgo Biloba, e naquilo que é o seu contributo para uma paisagem urbana bela, seja na fase verde, seja na fase de amarelo.

E, portanto, é esta lógica positiva em que nós estamos, em que o ambiente, a economia e o homem, têm que de facto encontrar um equilíbrio. É possível o mundo ser só elétrico? Não é possível. Estas metas não são realistas, não são. Eu acho que melhor que o Acordo de Paris e o Acordo do Dubai. Porque foi mais sério, porque disse uma coisa simples: temos que prosseguir este caminho, claro que temos, mas neste caminho os combustíveis fósseis têm papel, claro que têm. Porque não é possível fazer de outra maneira.

A França está errada? Percebi que o Jorge Girão gosta do modelo francês. Eu lembro-me tão bem de ver aqui os comunistas, aquela rede de municípios todos comunistas, contra a radioatividade, contra o nuclear. Não sei que recordam umas placas que os municípios comunistas tinham à porta? Hoje a França está considerado um exemplo porque ambientalmente a fusão de neutrões, a energia nuclear, é uma das formas mais limpas para produzirmos energia.

Há um risco, tudo tem o risco. Ainda há dois ou três anos na China, uma barragem que é um instrumento de produção de energia que Portugal usa há muitos anos e bem, colapsou! Um país em que a construção civil, enfim, não sei se é a melhor do mundo, mas é um dos melhores do mundo. Capacidade de Engenharia brutal, mas foi a barragem.

Quando foi o ultimo acidente nuclear em França? Pois, não me lembro. A França está a construir mais Centrais Nucleares de diferentes dimensões. Agora inventaram as mini-centrais nucleares. Portanto é este equilíbrio. A opção equilibrada é de facto a opção mais sensata.

O Gabriel Bernardo gosta dos semáforos com os números. Pois eu não gosto. Nós gostamos do espaço urbano sem semáforos e já tirámos imensos. Só na Avenida eram três nos cruzamentos, em São Jacinto um, etc. E tirámos porquê? Porque é um gasto de energia desnecessário. É um gasto de energia de desnecessário. Nalguns sítios não vamos tirar, não vamos, porque não há uma solução melhor. Mas reduzimos o mais que formos capazes. Custos de manutenção, custos de energia e, às vezes, os piores acidentes, os mais grave acidentes, quando há um artista que passa no vermelho e apanha alguém que está a passar no verde. O Gabriel acha mais piada às cidades carregadas de semáforos com os números para entreter a rapaziada, nada contra. O Gabriel gosta de estar no carro a ver os números a passar. Cada um diverte-se com o que quer. Olhem a mim uma coisa que me chateia é os números a passar. Prefiro gerir o meu cálculo mental do que estava a aturar os números a passar à minha frente, mas nada contra. Nós optamos por outra coisa, retirar o máximo de semáforos da nossa zona urbana para reduzir os custos de manutenção, os custos de energia, porque de facto há outras soluções que são melhores. E também em termos de segurança das pessoas. Voltamos sempre às pessoas, porque são também opções mais sensatas.

O Salavessa acha que isto é com a agricultura familiar que se alimenta a malta. Não é Salavessa. Não é mesmo. É giro a malta ter lá umas hortas em casa e uns morangos nos vasos e umas couves lá num vaso da varanda, é giro por vários motivos, mas não é isso que alimenta país nenhum. A agricultura industrial é fundamental. A guerra no bom sentido do termo, dos agricultores europeus, é uma guerra pelo equilíbrio do tripé. Porque senão muitas das outras agriculturas de onde nós importamos bens alimentares, destroem a nossa em 3 tempos. Porque nós somos muito mais exigentes na Europa a vários níveis para com os nossos agricultores e a nossa agricultura, do que os indianos, os ucranianos, os chineses ou russos, os americanos especialmente os do Sul, etc. E contar vacas! Vocês hão-de contar manada portuguesa com comparação só com a manada uruguaia. Não contam mais

nenhuma e vão ver o quão ridículo é falar da redução da produção de carne em Portugal. É que isso é que é mesmo ridículo. Eu só falei da manada uruguaia comparado com a portuguesa. Agora somem as vacas todas do planeta e vocês vão ver quão ridículo é o tamanho da nossa manada.

O Parque Aventura. Voltando à questão, o Parque Aventura em Esgueira é mesmo um bom exemplo. O que havia lá era uma carreira do tiro carregada de chumbo no solo, carregada de uma estrutura de betão brutal e ferro. Tirámos tudo, custou uma fortuna. Hoje é um espaço verde que não é lá grande coisa para certas peças, porque é uma estrutura do solo barrenta, de argila e, portanto, há certas espécies que não conseguem aguentar-se lá. Pronto tudo bem, mas que belo exemplo de qualificação ambiental, que belo exemplo.

É que o Parque Aventura é mesmo um bom exemplo, só não entende quem não percebe nada disto ou não conhecia como estava, nunca lá foi ver a ruína. Fomos nós que acabámos com ela no quadro da obra do Parque Aventura em Esgueira.

E a nota que eu gostava de deixar para terminar é esta: se há de facto exemplo de participação pública, de mobilização dos jovens, foram 10 sessões que fizemos nas escolas com alunos do 9.º ano, do 12.º ano, para lhes explicar com sentido objetivamente pedagógico o que é isto. Ouvimos aquilo que quiseram dizer, com um vereador um bocadinho mais velho que eles, mas, enfim, do nosso grupo é o que tem a idade menos avançada, e depois participou quem participou. Mas foi essa lógica aberta, porque isto não é a fazer lixo numa faculdade, não sei se viram, a descarga de lixo no ecoponto ao lado da Faculdade de Psicologia que aquela malta do Clima não sei do quê deixou para outros limparem. Hoje, é a tal conversa, eles falam, falam, mas depois o que fazem é exatamente o oposto daquilo que falam. Tipo PS. É, tipo PS.

E, portanto, temos um Plano bom. Está na nossa mão daqui para a frente procurar fazer sempre melhor, pressionar-nos uns aos outros para o nosso contributo de migalhas, porque este é um jogo de migalhinhas. Mas também temos a noção política, que temos que pressionar, nós portugueses, nós europeus, outros setores do planeta, para fazerem o seu trabalho porque não estão a fazer.

A União Europeia, a este nível, é um exemplo no mundo inteiro. É o melhor exemplo que o mundo tem. Os Estados Unidos vêm a seguir. E este caminho não pode terminar. E o nosso Plano vai dar o seu contributo, é por isso que trouxemos e é por isso que anotei com gosto, uma ambiência globalmente positiva ao documento que aqui trouxemos. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Pedro Rodrigues (PAN)⁰⁵⁵

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁶

Não havendo mais intervenções a Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁵⁷ Ponto 3 – Apreciação e votação do Plano Municipal de Ação Climática, sendo a proposta aprovada com vinte cinco votos a favor (PSD18+CDS4+PPM1+PAN2), nove abstenções (CH1+PS5+BE2+PCP1) e zero votos contra.

Declarações de voto:

Vogal António Salavessa (PCP):⁰⁵⁸

“A nossa abstenção em relação ao documento em análise fundamenta-se por um lado nos aspetos positivos que este documento espelha, nomeadamente ao reproduzir orientações que existem a um nível mais alargado relativamente a estas questões e não pode ser voto a favor porque não nos reconhecemos em alguns dos objetivos (e seria necessário outros objetivos)

e também e fundamentalmente pela falta de discussão dele mais completa e alargada na Assembleia Municipal, facto de que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal é responsável.”

Continuando, o Presidente da Mesa, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à reunião da Sessão não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade⁰⁵⁹ cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida deu por encerrada a sessão⁰⁶⁰ extraordinária em Maio.

Eram 23:30 horas do dia 08 de Maio de 2024.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva sessão, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:00)